

CURSOS SUPERIORES EM AGRONEGÓCIO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DESSE NOVO PROFISSIONAL

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto - Professor Associado da FATEC Itapetininga -

ricardo.borsatto@fatec.sp.gov.br

Profa. Dra. Raimunda Abou Gebran - Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação

da UNOESTE/SP - ragebran@hotmail.com

RESUMO: Com o aumento da oferta dos cursos superiores em Agronegócio no Brasil, se torna importante discutir de forma mais aprofundada a formação desse novo profissional. Este artigo se propõe contribuir nesse debate, para tanto, como ponto de partida, compartilha os resultados de uma ampla revisão bibliográfica que teve como intuito delimitar a área de conhecimento denominada de Agronegócio, bem como compreender o estado da arte, em nível mundial, das discussões acerca da formação dos profissionais para esse setor. A partir disto define quais são as características que esse profissional deve possuir. Baseando-se nessas características, foi elaborada uma série de recomendações para que os gestores desses cursos possam se balizar. Por fim, enumeraram-se alguns pré-requisitos que podem contribuir na construção de cursos de qualidade nessa nova área do conhecimento.

Palavras-chave: Educação superior. Recursos humanos. Currículo. Gestão agroindustrial.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vê-se no Brasil a emergência de um grande número de cursos superiores em Agronegócio que, aparentemente, surgem para atender uma demanda do mercado ávido por esse tipo de profissional. Porém, por outro lado, verifica-se que estes cursos são deveras diferentes entre si, aparentando que cada curso tem uma visão própria do que é Agronegócio. É inspirado nestas percepções que este artigo se constrói.

O termo *agribusiness* (que no Brasil foi traduzido para agronegócio) foi elaborado por Davis e Goldberg em 1957 como sendo a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles. O termo agronegócio, conforme proposto por Davis e Goldberg (1957), surge para definir um enfoque econômico elaborado pelos pesquisadores.

Com o passar do tempo, o termo passa a incorporar novas conotações, e chega até mesmo a ser utilizado como panacéia para as questões do rural. O fato de adquirir novos significados, em si, não se configura como um grande problema, e pode, em alguns casos, até mesmo ser positivo, por exemplo, quando o termo “agronegócio” é usado para agregar um grande grupo de pessoas e instituições para exigir políticas públicas para um setor da economia. O problema passa a existir a partir do momento em que uma conceituação mais precisa se faz necessária, como no caso em que ele é utilizado como uma área do conhecimento.

Nesse ponto reside a hipótese norteadora deste artigo; ao migrar de um enfoque econômico (que é relativamente fácil de definir) para uma área de conhecimento (inerentemente complexa), muitos problemas surgem.

Como ponto de partida, neste artigo, quando o termo “agronegócio” representar uma área do conhecimento, ele será considerado um substantivo próprio e grafado como tal (Agronegócio). Feita esta observação, agora emerge a principal questão. O que deve ser ensinado/aprendido na formação de um profissional em Agronegócio? Tem-se aí um problema epistemológico a ser resolvido. Com certeza essa migração (enfoque econômico/área do conhecimento) não ocorre de maneira natural nem automática, ela é permeada por vontades pessoais, visões de mundo, lutas políticas, influências regionais, em suma, a definição do que deve ser ensinado (currículo) é uma construção social.

Apesar de, em outros países, estes debates já ocorrem há algum tempo, com destaque para os Estados Unidos onde estas discussões começaram no início da década de 1960, no Brasil, estes ainda estão em estágio inicial, com poucos pesquisadores e educadores se debruçando sobre esse tema, com destaque para os trabalhos de Batalha e outros (2000); Batalha e outros (2005a); Batalha e outros (2005b); Begnis, Estivalet e Silva (2007); Rinaldi, Batalha e Moura (2007) e de Rinaldi, Batalha e Mulder (2008).

Decerto isso decorre do pouco tempo de existência de cursos voltados para esta área do conhecimento. Begnis, Estivalet e Silva (2007) citam que até o final da década de 1990, a oferta de cursos de formação em Agronegócio concentrava-se somente em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações). Porém, os mesmos autores verificaram que, em 2005, havia 140 cursos superiores em Agronegócio sendo ofertados por instituições de ensino superior, o que demonstra o franco crescimento pelo interesse na formação destes profissionais.

Inserido num contexto onde, por um lado, verifica-se o crescimento exponencial da oferta de cursos superiores em Agronegócio e, por outro, a incipiência do debate acerca da formação deste profissional, este artigo teve como objetivo, por meio de uma revisão bibliográfica, verificar o que já foi discutido, em nível mundial, acerca da formação desse profissional, bem como sistematizar essa discussão, para apoiar a elaboração de novos cursos ou na melhoria dos já existentes.

2 AGRONEGÓCIO COMO ÁREA DO CONHECIMENTO

Um ponto de partida interessante para se definir quais os componentes curriculares necessários para se formar um profissional em Agronegócio é a origem semântica do termo, que é a junção do prefixo “agro” (que remete às questões do rural, do campo) e da palavra “negócio” (que remete a questões mercantis, de comércio). Deste modo pode-se supor que quando se fala em agronegócio, semanticamente, refere-se às diversas relações mercantis que se estabelecem em função de um produto de origem rural.

Porém, existe um grande número de áreas do conhecimento que já estudam tanto assuntos relacionados ao “agro” (p. ex. Agronomia, Zootecnia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola), quanto relativos a negócios (p. ex. Administração, Marketing, Logística). Mas verifica-se empiricamente que estes profissionais não conseguem suprir as crescentes demandas por um profissional que trabalhe em empresas do agronegócio.

Isto se deve às características únicas da agropecuária, que em muito influenciam os setores industriais a sua jusante, bem como as indústrias que lhe fornecem insumos.

Ramos (2007) resumiu em seu trabalho as especificidades e/ou diferenças entre os aspectos produtivos da agropecuária e dos setores industriais, dos quais se podem considerar como principais:

a) A agropecuária é reprodutiva, ou seja, pode-se afirmar que sua capacidade de oferta é inesgotável, pois depende essencialmente de recursos naturais teoricamente infindáveis (luz solar, terra, água) e do trabalho humano.

b) A produção agropecuária é bastante influenciada pelas condições naturais, isto é, depende da Natureza, tanto no aspecto estrutural (disponibilidade de água, fertilidade do solo, clima) como conjuntural (variações climáticas anuais, seca, geada, granizo).

c) A sazonalidade da produção é outra característica intrínseca da agropecuária, que influencia diretamente o setor industrial a sua jusante, pois, como em geral a demanda é constante, se faz necessário o carregamento de estoques.

d) Cada produto agropecuário tem um ciclo de produção específico, determinado por condições biológicas; a existência deste ciclo, exige um maior investimento inicial até que se inicie o fluxo produtivo. Estes ciclos podem ser mais curtos (olericultura, avicultura) ou mais longos (bovinocultura, silvicultura).

e) Os bens primários têm preços mais flexíveis se comparados aos bens industriais ou do setor de serviços.

f) Devido às características citadas anteriormente, em geral, as atividades agropecuárias estão fortemente sujeitas a dois tipos de riscos; riscos de produção (relacionados às questões naturais) e riscos de preço (relacionados às condições econômicas).

g) Não é perceptível de forma generalizada economias de escala em atividades agropecuárias, isso significa que quanto maior o tamanho do estabelecimento agropecuário, não se verifica como na indústria, um menor custo de produção.

h) Em grande parte isso se deve à dificuldade de aplicação do princípio da divisão do trabalho, ocasionado pelos ciclos biológicos, pois nesse caso muito da mão-de-obra fica ociosa entre o plantio e a colheita. Deste modo a produção conjunta de alguns bens agropecuários é justificada.

i) Sendo assim, economias de escopo ou de integração horizontal, são mais importantes do que as economias de escala.

Mas a crescente integração entre o setor agrícola e o setor industrial, com o advento dos complexos agroindustriais, bem explicado por Kageyama (1990), faz com que a indústria tente impor muitas de suas características sobre o rural. Daí a constante diminuição dos ciclos

biológicos da agropecuária (melhoramento genético, uso de hormônios), maior controle das condições naturais (plasticultura, confinamento dos animais, irrigação, adubação). Porém a agropecuária e o setor agroindustrial à sua jusante, ainda se diferenciam, em muito, dos demais setores industriais.

Por sua vez, Sonka e Hudson (1989) elencam cinco características que separam o agronegócio de outros setores indústrias, a) características culturais, institucionais e políticas únicas relacionadas ao alimento, b) a incerteza relacionada à base biológica subjacente a produção vegetal e animal c) metas e formas não convencionais de intervenção política através de sub-setores e entre nações em uma crescente indústria global d) acertos institucionais que colocam significativas porções do processo de desenvolvimento tecnológico no setor público e e) estruturas de competição diferenciadas existentes dentro e entre sub-setores do agronegócio.

Mas além das características até aqui citadas, o meio rural brasileiro ainda apresenta pelo menos mais três dimensões que devem ser consideradas quando se pensa na formação de um profissional que trabalhará com este ambiente institucional, que são as dimensões cultural, social e ambiental. Somente para efeito de exemplo, em relação à dimensão ambiental, pode-se citar a crescente regulamentação ambiental e seu impacto na agropecuária; em relação à social, a concentração fundiária no Brasil e os problemas daí derivados (movimentos sociais, pobreza rural, etc.) e, relativo à dimensão cultural, o fato de que grande parte dos agricultores brasileiros (principalmente os familiares com baixo índice de tecnificação) não considerarem as suas explorações agrícolas somente como um negócio e sim como uma forma de reprodução social, fato que influencia diretamente suas tomadas de decisão.

Ao se considerarem as características do agronegócio até aqui citadas por esse texto, infere-se o quão complexa é a área de conhecimento denominada Agronegócio, que abarca em seu interior diferentes setores da economia (agricultura, indústria e serviços), tendo diversos produtos como componentes de suas cadeias (p. ex. grãos, carnes, borrachas, madeiras) em suas diferentes dimensões (econômica, cultural, social, ambiental, política, ética).

Com certeza essas características e/ou aspectos únicos do agronegócio justificam a necessidade de se capacitar profissionais competentes para lidar com o que Begnis, Estivalet e Silva (2007) chamaram de “campo do conhecimento tão complexo e interdisciplinar” e que Borsatto e outros (2005) chamaram de “agrocomplexidade”.

Deste modo, infere-se que um ponto fundamental a ser trabalhado na formação do profissional em Agronegócio, é incentivar o desenvolvimento de uma visão sistêmica e holística da realidade no qual esse profissional trabalhará, levando em consideração os aspectos característicos e únicos dessa área do conhecimento, bem como o fomento do respeito inato à diversidade em seu sentido mais amplo, visto que este profissional se deparará com diferentes culturas, classes sociais, setores da economia.

3 A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

Desde o início da década de 1960 um grande número de iniciativas, envolvendo o meio acadêmico e o meio empresarial, com o intuito de discutir a educação em Agronegócio vem sendo conduzidas, principalmente nos Estados Unidos (BOLAND e AKRIDGE, 2004). Muito deste debate norte americano se funda em pesquisas realizadas junto às agroindústrias, que tinham como interesse compreender o perfil do profissional ambicionado por essas empresas.

A primeira grande pesquisa com essa abordagem foi publicada por Litzenberg e Schneider (1988). Intitulada de Agribusiness Management Aptitude Skills Survey (AGRIMASS), nesta pesquisa foram entrevistadas 543 empresas e identificadas quais características “interpessoais” e de “comunicação” eram as mais valorizadas pelas empresas do agronegócio.

Desde então, um grande número de pesquisas com metodologias similares, porém com escopo mais restrito (WOLF e SCHAFFNER, 2000; WACHENHEIM e LESCH, 2004), também foram conduzidas e todas chegaram a conclusões bastante próximas à pesquisa de Litzenberg e Schneider (1988). Concluíram que para os empregadores do agronegócio, as habilidades e conhecimentos mais importantes para os futuros contratados enquadravam-se nos tópicos “habilidades interpessoais” (elevados padrões morais e éticos, iniciativa, atitude positiva, saber trabalhar em equipe) e “habilidades em comunicação” (comunicação oral, comunicação escrita).

Segundo Boland, Lehman e Stroade (2001), pelo menos 13 estudos diferentes publicados em conceituadas revistas científicas americanas chegaram a conclusões similares.

Em duas pesquisas conduzidas aqui no Brasil, que utilizaram metodologias semelhantes aos trabalhos norte-americanos, Batalha e outros (2000) e Batalha e outros (2005b) chegaram a resultados bastante próximos aos encontrados pelas pesquisas conduzidas nos Estados Unidos.

Trabalho publicado por Boland e Akridge (2004), onde entrevistaram um grupo focal, composto por 26 altos executivos de empresas ou instituições ligadas ao agronegócio nos Estados Unidos, sobre as habilidades necessárias para os futuros líderes de suas empresas, verificou que praticamente todos os entrevistados expressaram que as habilidades demandadas mais importantes eram o “pensamento crítico” e capacidade de “comunicação interpessoal”. Todas essas pesquisas, conduzidas junto ao meio empresarial, deixam claro que as habilidades mais valorizadas pelas empresas do agronegócio na hora de contratar um novo empregado estão relacionadas às características pessoais ou de relação interpessoais e de comunicação. As habilidades e conhecimentos ligados à gestão ou às técnicas agropecuárias perdem em ordem de importância na visão das empresas.

Vale ressaltar que, na visão do autor, não é considerado que os anseios do meio empresarial devam ser os únicos a definirem o que deve conter um currículo para formar um profissional em Agronegócio, mas com certeza a opinião desse segmento social deve ser considerada neste debate.

No item anterior inferiu-se que por ser um segmento com características únicas, o agronegócio necessita de profissionais com formação diferenciada para lidar com as suas especificidades, contraditoriamente, neste item, ao analisar as demandas do meio empresarial, verifica-se que estas podem ser oferecidas por quaisquer cursos tradicionais de graduação, tanto da área de negócios, como da área de agrárias.

Ao invés de considerar estes fatos como contraditórios, aqui se conclui que estes devem ser abordados como complementares. Deste modo, além de formar um profissional com uma visão holística e sistêmica da realidade do meio onde atua, com respeito nato a diversidade e que compreenda as características únicas do agronegócio, este futuro profissional deve vivenciar durante o seu processo formativo, um conjunto de experiências que fomentem as habilidades e conhecimentos desejados pelo setor empresarial.

O quadro 1, baseado no conjunto de bibliografias consultadas, apresenta um esforço de síntese das principais características necessárias para um profissional formado em Agronegócio.

Quadro 1- Características necessárias para um profissional formado em Agronegócio.

1. Visão sistêmica
2. Conhecimentos das especificidades do agronegócio
3. Respeito e valorização da diversidade
4. Pensamento crítico
5. Visão estratégica
6. Se expressar bem oralmente e na forma escrita
7. Saber explicar informações técnicas de forma clara
8. Alto padrão moral e ético
9. Iniciativa
10. Trabalhar em grupo
11. Flexibilidade. Adaptabilidade
12. Comunicação persuasiva e habilidade de negociação
13. Liderança
14. Criatividade
15. Lidar com stress
16. Saber utilizar softwares gerais

Parece que, de certa forma, conseguiu-se definir quais as características que um profissional em Agronegócio deve possuir; a questão agora é de como ajudar as instituições de ensino superior na construção deste profissional. Em outras palavras, como os cursos que se propõem a formar profissionais em Agronegócio farão para formar graduados com estas características?

4 RECOMENDAÇÕES PARA OS GESTORES DOS CURSOS

Ao redor do mundo cursos superiores em Agronegócio já são ministrados há algum tempo, consultar e compreender quais os caminhos trilhados por estes cursos e analisar suas experiências, certamente contribui para que se possa construir um referencial, a partir do qual ficará mais fácil elaborar e melhorar os nossos cursos superiores em Agronegócio.

É baseado nos estudos deste referencial que nesse item listam-se as principais recomendações para gestores de cursos em Agronegócio.

Estratégia de nicho

Na percepção de Boland e Akridge (2004), os cursos de graduação em Agronegócio devem possuir uma sólida estratégia de nicho, que lhes agreguem um diferencial, caso contrário, padecerão. No argumento desses autores por ser uma área do conhecimento muito ampla e dinâmica, é importante para os gestores dos cursos definirem um foco específico em que agregarão um diferencial competitivo aos seus estudantes.

Este recorte em direção a especialização pode ser definido em função de uma cadeia agroindustrial (p. ex. grãos, borracha, carnes), ou de um setor da economia (indústria, serviços), ou de características socioeconômicas (agricultura familiar, empresas multinacionais).

Uma estratégia de nicho agregaria um intenso foco na formação de capital humano para um setor específico, aumentando as oportunidades reais de empregabilidade dos graduados.

Os cursos de Agronegócio devem ter claro, em sua definição estratégica, para qual segmento do agronegócio estão preparando os seus estudantes, isto significa, por exemplo, que alguns cursos optarão por formar estudantes para grandes empresas multinacionais, outros para atender às necessidades de empresas menores, locais ou regionais.

Interdisciplinaridade

Um curso de graduação em Agronegócio deve ser mais que a agregação de uma coleção de disciplinas, para que seja valorizado pelo mercado.

O agronegócio possui uma série de especificidades que o diferencia dos demais setores; é fundamental que os cursos em Agronegócio preparem os estudantes para lidar com essas especificidades. Isto não é possível quando simplesmente se juntam professores e disciplinas com seus conhecimentos específicos.

Para superar esse problema, a proposta de vários autores (COLLINS e DUNNE, 1996; BOLAND e AKRIDGE, 2004; RINALDI, BATALHA e MULDER, 2008) é que os cursos propiciem aos estudantes a oportunidade de vivenciar uma série de experiências diferentes (p. ex.

cursos, estágios, projetos especiais, empresas juniores, estudos de caso, simulações, atividades em grupo).

O grande desafio é incorporar aos projetos político-pedagógicos, bem como aos currículos dos cursos, espaços de ensino-aprendizagem que propiciem aos estudantes essa diversidade de experiências. Essas experiências empírico-problematizadoras devem aparecer como o núcleo da proposta curricular, com as disciplinas integrando-se ao redor delas e, não serem tratadas em espaços marginais (como ocorre atualmente na maioria dos cursos).

Outra dimensão a ser considerada é a necessidade de uma maior cooperação e integração entre os conteúdos lecionados (disciplinas e/ou atividades). Isto oportunizaria o reforço de conceitos chaves, do pensamento crítico, e a chance de os estudantes aplicarem o conhecimento adquirido.

Sólida formação em Economia

Os graduados em Agronegócio se depararão com um amplo conjunto de questões relacionadas às políticas públicas, macroeconomia e temas internacionais. Para Boland e Akridge (2004), uma sólida formação em teoria econômica é necessária para que esses profissionais possam compreender e gerenciar essas questões a contento.

Esta formação, porém, precisa ser contextualizada. Devem-se debater temas como protecionismo agrícola pelos países desenvolvidos, perdas na produção, questões ambientais e seu impacto no processo produtivo e nas questões comerciais, o processo de globalização e seus impactos nas fontes de suprimentos, o desenvolvimento dos países emergentes e o impacto no consumo de alimentos. Sempre na busca de conciliar a Economia com o ambiente organizacional do agronegócio.

Engajamento das empresas

O engajamento do meio empresarial com as instituições de ensino é de fundamental importância para se desenvolver um conjunto de experiências únicas para os estudantes em Agronegócio. Ademais, como citam Boland e Akridge (2004), uma estratégia de nicho só é possível de ser suportada com uma sólida parceria com o meio empresarial.

A integração empresa-escola se constitui em uma via de duas mãos, já que a indústria possui uma série de experiências e conhecimentos empíricos que podem ser oferecido aos estudantes, bem como, por outro lado, a instituição de ensino superior tem o potencial de oferecer um arcabouço teórico que pode ser assimilado pelas empresas para melhoria de seus processos produtivos. Considera-se ainda, que, ao investir em parcerias, a indústria contribui na formação de profissionais com conhecimentos específicos para suprir as suas demandas.

Parcerias interinstitucionais

Para que os estudantes tenham a oportunidade de ter acesso a uma diversidade de pontos de vista e, deste modo, desenvolver uma visão mais holística e sistêmica, é importante que a instituição de ensino valorize a realização de parcerias interinstitucionais, seja com outras instituições de ensino, ou com instituições de pesquisa, de extensão e representação.

Com isso os estudantes teriam oportunidade de cursar disciplinas em outras universidades, participar de projetos de pesquisa não contemplados em sua instituição, entrar em contato com a realidade do setor em que pretendem atuar.

Os benefícios não seriam exclusivos dos estudantes, já que os professores poderiam também se beneficiar dessas parcerias, compartilhando materiais pedagógicos, trocando experiências com seus pares, desenvolvendo pesquisas interinstitucionais, tendo maior acesso às informações, entre outros possíveis benefícios.

Desenvolvimento profissional e diversidade do corpo docente

Por ser o Agronegócio uma área do conhecimento que valoriza e exige de seus profissionais o respeito à diversidade e uma interpretação interdisciplinar da realidade, é importante que os estudantes de cursos em Agronegócio tenham oportunidades de terem aulas com professores de diferentes linhas de pensamentos, formações acadêmicas e estilos de ensino. Cursos com predominância de profissionais de uma única área tendem a privar o estudante de visões diferenciadas.

Porém, por outro lado, construir um corpo docente competente de alto nível não é uma tarefa fácil para gestores de cursos de Agronegócio, pois esta é uma área do conhecimento que somente recentemente começou a ser desbravada pelas instituições de ensino brasileiras. Existe uma carência de professores com a formação demandada para lecionar no setor (BATALHA e outros, 2005a).

A contratação de profissionais do agronegócio já aposentados para lecionar, pode ser uma saída interessante para certas instituições. Outra proposta, é que as instituições de ensino desenvolvam um processo de desenvolvimento profissional contínuo de seu corpo docente, valorizando a participação em projetos de pesquisa, seminários e cursos (especializações, mestrados, doutorados, pós-doutorados). Somente deste modo a instituição conseguirá formar e manter um corpo docente apto a lecionar o conteúdo demandado e que concomitantemente consiga acompanhar as dinâmicas transformações que caracterizam o agronegócio.

Ainda em relação ao corpo docente, Boland e Akridge (2004) e Rinaldi, Batalha e Mulder (2008) constatam que é preciso que os professores superem o modelo tradicional de ensino durante as suas aulas, para que possam dar conta de formar um profissional com senso crítico.

Os professores dever privilegiar em suas aulas metodologias mais interativas que fomentem o trabalho em grupo, a diversidade de pontos de vista, a expressão de ideias, o

pensamento dialético; como, por exemplo, debates sobre temas polêmicos, estudos de caso, utilização de temas geradores, questionamento socrático.

Novos modelos curriculares

O modelo curricular tradicional, baseado no paradigma cartesiano de ciência, se mostra insuficiente para enfrentar os problemas colocados e implementar as propostas até aqui apresentadas. Borsatto e outros (2005) e Borsatto e outros (2007) já suscitaram este problema ao discutir a formação de profissionais nas ciências agrárias.

Faz-se necessária a superação de um modelo de ensino onde as disciplinas se encontraram ensimesmadas e apresentadas de forma linear e etapista (onde se considera que o estudante tem que vencer uma primeira etapa para ter direito de acessar outra). Neste ponto parece que convergem praticamente todos os trabalhos consultados para a confecção de artigo. Para cursos superiores em Agronegócio novos modelos de organização curricular devem ser utilizados.

Collins e Dunne (1996) compartilham a sua experiência de um curso superior de três anos, ministrado na Universidade de Queensland, na Austrália, onde adotaram um currículo em formato de espiral com grande sucesso, no qual desde o primeiro ano de curso os estudantes trabalham com estudos de caso baseados em visitas técnicas aos empreendimentos do agronegócio, onde os estudantes são conduzidos a explorar assuntos pré-determinados com os representantes das empresas, analisarem as informações coletadas e realizar relatórios tanto em forma oral, quanto escrita. No último ano de curso, os estudantes são conduzidos a aplicar os conhecimentos adquiridos em um projeto demandado por uma empresa parceira da instituição, projeto este com foco na inserção de um produto agroalimentar no mercado asiático.

Na linha da pedagogia de projetos, Rinaldi, Batalha e Mulder (2008) propõem que o ensino superior baseado em competências poderia ser uma estratégia interessante para os cursos em Agronegócio. Os mesmos autores compartilham a experiência da Universidade de Wageningen, na Holanda, que adotou o método de ensino Problem-Based Learning (PBL). Os autores concluíram que apesar da dificuldade de ser implantado, ele tem gerado resultados bastante promissores.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Não foi o objetivo deste artigo propor uma grade curricular, nem mesmo um currículo mínimo para cursos superiores em Agronegócio. Aqui se buscou suscitar o debate acerca da formação desse profissional, com vistas a fornecer um referencial que possa balizar o aprimoramento dos cursos de Agronegócios já existentes e/ou na construção dos novos cursos.

Para tanto, foram elencados os principais aspectos que devem ser considerados na formação desse profissional e baseado nestes foram listadas uma série de recomendações para os gestores de cursos.

Ao se estudar o pouco que existe de publicado sobre os cursos superiores de Agronegócio no Brasil, verifica-se que estes ainda têm um longo caminho a percorrer para formar o profissional demandado por este setor.

Como Batalha e outros (2005) verificaram apesar dos cursos em Agronegócio estarem na busca de um maior ajuste em relação às demandas do setor empresarial, pouca coisa tem mudado nas abordagens de ensino utilizadas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das habilidades interpessoais e de comunicação dos estudantes.

Os currículos dos cursos continuam etapistas, com disciplinas ensimesmadas e lineares, pecando pela falta de interdisciplinaridade.

O autor tem plena ciência de que a implantação das recomendações propostas nesse artigo não é uma coisa fácil de ser executada. Uma série de resistências irá aparecer, visto que, como falado na introdução, a elaboração de um currículo é uma construção social. Sem dúvida a maior parte dessas resistências será oriunda do próprio corpo docente.

Deste modo cabe aqui listar alguns pré-requisitos sem os quais as recomendações feitas teriam pouco efeito e, com razão, encontrariam resistência do corpo docente ao serem implantadas.

a) Participação efetiva do corpo docente na construção do projeto político-pedagógico e do currículo do curso.

Projetos impostos de cima para baixo, construídos sem a participação efetiva dos professores em todos os estágios, tendem a encontrar grande resistência ao serem implantados, e até mesmo sofrerem boicotes, além desmotivarem o corpo docente, o que pode, por fim, piorar a qualidade de ensino, efeito contrário ao desejado inicialmente.

b) Professores com dedicação integral à instituição

Para se implantar as recomendações elencadas nesse artigo, é necessário que a instituição de ensino tenha um número significativo de professores dedicados em período integral à instituição. Desenvolver parcerias interinstitucionais, projetos de pesquisa e extensão, relacionamentos com empresas, oportunizar novos espaços de ensino-aprendizagem e metodologias de ensino diferenciadas, demandam pessoas se dedicando a essas atividades. Instituições de ensino que somente contratam professores para ministrar aulas, nunca conseguirão formar um profissional qualificado em Agronegócio.

c) Apoio a projetos interdisciplinares de pesquisa e extensão

As instituições de ensino superior, por intermédio de seus gestores, devem criar um ambiente de incentivo à pesquisa e extensão, valorizando os professores que desenvolverem tais atividades. Estas atividades conectam o corpo docente e, conseqüentemente, a instituição, com a realidade que os graduados irão se deparar depois de formados. Além disso, a pesquisa cria conhecimentos novos, o que faz com que a instituição não mais seja somente uma repetidora de conhecimentos, mas se transforme em uma geradora de saberes.

Concomitantemente deve-se estimular que esses projetos sejam interdisciplinares, com o envolvimento de vários professores.

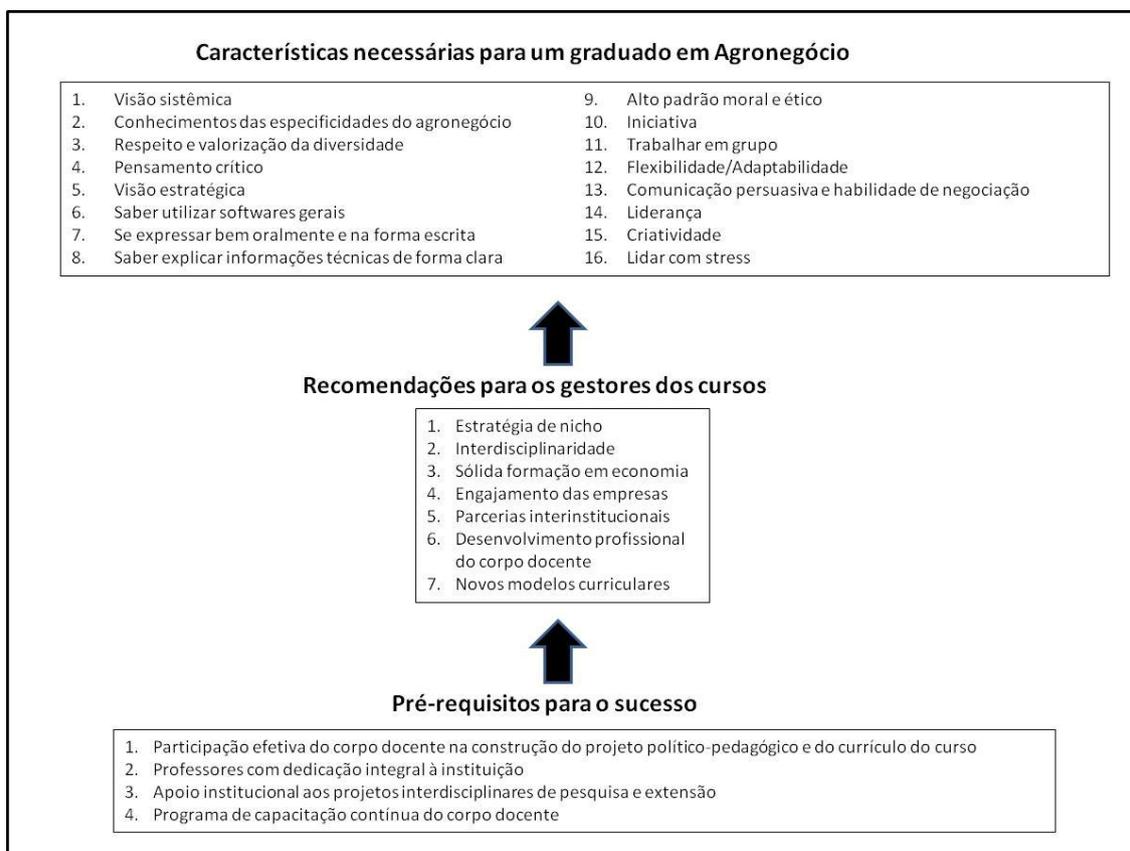
d) Capacitação continua do corpo docente

Por ser uma área do conhecimento relativamente nova e muito dinâmica, é de grande relevância que a instituição de ensino ofereça oportunidades para que o seu corpo docente possa estar em constante atualização. Incentivo à participação em eventos e cursos têm o potencial de formar um corpo docente altamente qualificado que fará a diferença na formação do estudante. Além do que, esta é uma ótima maneira de manter o corpo docente motivado.

Na Figura 1 é apresentado um esquema que buscou sintetizar e sistematizar os principais pontos debatidos nesse artigo

Por fim, inspirado nas hipóteses de Starbird (2003; 2004), fica o alerta aos coordenadores, professores e estudantes dos cursos em Agronegócio. Caso não consigamos construir cursos que realmente criem um diferencial competitivo perceptível pelo mercado, nossos cursos tendem a desaparecer ou formarem profissionais que irão se deparar com baixos salários, menos mobilidade e menor credibilidade que os seus pares formados em Administração ou nas Ciências Agrárias.

Figura 1 - Fluxo de condições necessárias para a formação de um profissional em Agronegócio



REFERÊNCIAS

- BATALHA, M.O. et al. **Recursos humanos para o agronegócio brasileiro**. Brasília : CNPq, 2000.
- BATALHA, M.O. et al. **O ensino superior em agronegócios no Brasil**. In: CONGRESSO DA SOBER, 43, 2005, Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto : Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005a.
- BATALHA, M.O. et al. **Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional**. Jaboticabal : Novos Tempos, 2005b. 320 p.
- BEGNIS, H. S. M.; ESTIVALETE, V. F. B.; SILVA, T. N. **Formação e qualificação de capital humano para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil**. **Informe Gepec.**, Toledo, v.11, n.1, p. 1-10, jan./jun. 2007.
- BOLAND, M.; LEHMAN, E.; STROADE, J. **A comparison of curriculum in baccalaureate degree programs in agribusiness management**. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 4, n. 3, p. 225-235, 2001.
- BOLAND, M.A.; AKRIDGE, J.T. **Undergraduate agribusiness programs: focus or falter?** **Review of Agricultural Economics**, v. 26, n.4, p. 564-578, 2004.
- BORSATTO, R.S.; ALTHAUS-OTTMANN, M.M.; FONTE, N.N.; MACEDO, R.B.; PALMA, S.L.Z. **O problema da fragmentação do saber na formação de engenheiros agrônomos e florestais**. **Contexto e Educação**, v. 20, n. 73/74, p. 143-159, jan./dez. 2005.
- BORSATTO, R.S.; FONTE, N.N.; WISNIEWSKI, C.; ADÃO, W.C.; ALTHAUS-OTTMANN, M.M. **Um novo paradigma para a aprendizagem da complexidade das relações água/solo/planta/atmosfera**. **Semina: Ciências Agrárias**, v. 28, n. 3, p. 399-408, jul./set. 2007.
- COLLINS, R.J.; DUNNE, A.J. **Utilizing multilevel capstone courses in an Integrated agribusiness curriculum**. **Agribusiness**, 1996, v. 12, n. 1, p. 105-112, 1996.
- DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of agribusiness**. **Division of research**. **Graduate School of Business Administration**. Boston : Havard University, 1957.
- KAGEYAMA, A (Coord) (1990) **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, GC; GASQUES, JC; VILLA VERDE, CM (Org). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA. p. 113-223. 1990. (Série IPEA, 127).
- LITZENBERG, K.K.; SCHNEIDER, V.E. **Educational priorities for tomorrow's agribusiness leaders**. **Agribusiness: an international journal**, v.4, n.2, p. 187-195, mar.1988.
- RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. (Org) **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e prespectivas**. Brasília : MDA, 2007. p. 18-52. (Nead Estudos; 15).
- RINALDI, R.N., BATALHA, M.O.; MOURA, T.L. **Pós-Graduação em Agronegócios no Brasil: situação atual e perspectivas**. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n.7, p. 141-158, jul. 2007.

- RINALDI, R.N.; BATALHA, M.O.; MULDER, M. **O ensino superior em agronegócios baseado em competências: uma análise à luz do modelo holândes.** Informe Gepec, Toledo, v.12, n.2, p. 166-186, jul./dez. 2008.
- SONKA, S.T. e HUDSON, M.A. 1989. **Why agribusiness anyway? Agribusiness: an international journal**, v.5, p. 305-314. 1989.
- STARBIRD, S.A. **Graduate agribusiness management programs: too many and too cheap.** *Review of Agricultural Economics*, v. 25, n.1, p. 271-276, 2003.
- STARBIRD, S.A. **Rejoinder: no, still too many and too cheap.** *Review of Agricultural Economics*, v. 26, n.3, p. 423-425, 2004.
- WACHENHEIM, C.J; LESCH, W.C. **U.S. executives' views on international agribusiness education in the United States: an IAMA membership survey.** *International Food and Agribusiness Management Review*, v. 7, n. 1, p. 42-59, 2004.
- WOLF, M.M.; SCHAFFNER, D.J. **Curriculum development: starting with the marketplace.** *NACTA Journal*, v. 44, n.3, p. 60-67, set. 2000.